

Rio de Janeiro 23 de Agosto 2019

Ao

INEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
Comissão de Licitação

Ref.: Tomada de Preços N°. 04/2019

RECIBO

Em: Paulo Vitor da Silva Manhães
ID: 508775-5
Adjuízo II
Inea / DIA / SECOMP
Assinatura / Carimbo

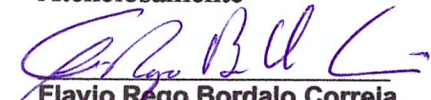
Prezados Senhores,

Apresentamos, anexadas, as CONTRARRAZÕES aos recursos interpostos pelas empresas Rio Tecnologia Ambiental e Serviços de Hidrometeorologia Ltda e Sistema Meteorológico do Paraná, relativas à Tomada de Preços em referência.

CONTRARRAZÕES- Rio Tecnologia Ambiental e Serviços de Hidrometeorologia Ltda
(SEIS PÁGINAS)

CONTRARRAZÕES- Sistema Meteorológico do Paraná (TREZE PÁGINAS)

Atenciosamente



Flavio Rego Bordalo Correia
Diretor

GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS

freboco@gridlab.com.br

www.gridlab.com.br

Rio de Janeiro - RJ

(21) 3977-1051 / 3977-1276 / 9989-2432

Recebido

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Tomada de Preços nº 004/2019

GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA, já devidamente qualificada nos autos desse processo licitatório, vem apresentar, tempestivamente, as suas

CONTRARRAZÕES

ao recurso interposto por Rio Tecnologia Ambiental e Serviços de Hidrometeorologia Ltda, o que faz consubstanciado nas razões de direito que passa a expor:

1. BREVE SÍNTESE DO RECURSO

Suscintamente, o recorrente alega que foi inabilitado por violação do item 6.6.1, alínea "b" do edital, que previa a apresentação de declaração de indicação de responsável técnico:

6.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- b) declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação;

Alega que como todos os dados exigidos na declaração estão indicados no contrato social seu sócio, implicitamente, seria o responsável técnico.

Afirma que tal declaração não tem utilidade prática e que somente o contrato dará a garantia pretendida pelo INEA.

Defende que a declaração apresentada no credenciamento supriria a falta da exigência da declaração do item 6.6.1, mas confessa que errou e omitiu documentação exigida em edital, mas que essa omissão poderia ser suprida, nos termos do item 8.29.

Por final, diz que houve outros erros que não foram avaliados pela Comissão e requer o deferimento de seu recurso.

2. DO DIREITO

Conforme se demonstrará, não assiste razão, em absolutamente nada, o recorrente. Primeiramente deve ficar claro que o edital é a lei do certame. Sendo assim, todos os atos emanados devem possuir convergência com as regras do torneio. Isto é o que determina os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, previstos no art. 41, 44 e 45 da lei nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.



RC Consulting

A vinculação ao instrumento convocatório, que além de um princípio é uma regra, deve ser seguida pela Administração Pública sob pena de ilegalidade e anulação de todo o certame. Marçal, ao discorrer sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ensina que:

O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. [...] **Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação.** Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. [...]

O descumprimento às regras do edital acarreta a nulidade dos atos infringentes¹. (grifo nosso)

No mesmo sentido se posiciona a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ, no AgRg no AResp nº 485.436/RS e REsp nº 1.384.138/RJ, ambos de relatoria do Ministro Humberto Martins:

3. Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, **que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital.** Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame. (grifo nosso)

O item 6.6.1 do edital é hialino ao exigir a apresentação de dois documentos: registro no CREA e declaração de indicação de responsável técnico. A ausência destes documentos ou de um deles somente pode acarretar uma consequência: a inabilitação do licitante. Caso contrário haveria violação aos princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório. O presente signatário, em artigo próprio, ensina neste sentido:

No momento de apresentação dos envelopes o licitante deve ter conhecimento em face das exigências legais e editalícias quais documentos deve apresentar. Não os

¹ Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed., São Paulo: RT. 2014. p.. 764/765.



RC Consulting

trazer caracteriza descumprimento à lei e ao edital, devendo ocorrer a inabilitação ou a desclassificação, conforme o caso. Como salienta Jessé Torres (2009, p. 526) a proibição de serem aceitos posteriormente respeita o direito dos demais licitantes ao processamento do certame de acordo com as exigências do edital. Então, a comissão de licitação ou o pregoeiro estão proibidos de ordenar diligências que tenham como finalidade a inclusão de documentação que deveria acompanhar a proposta².

Pretende o recorrente utilizar a sua carta de credenciamento como documento de habilitação, o que não é possível, pela incompatibilidade entre ambos. A carta de credenciamento, que nada mais é do que uma procuração, tem a finalidade de outorgar poderes para que uma pessoa represente o licitante durante o processo licitatório. Por sua vez, o documento indicado no item 6.6.1, "b" tem a finalidade de informar à Administração qual será o responsável técnico pela execução do serviço, por isso é exigido o seu registro profissional, exigência essa que sequer consta da carta de credenciamento (até porque sua finalidade é distinta daquela).

Grife-se que o próprio recorrente confessa que não apresentou o documento exigido no item 6.6.1, "b" e pede a aplicação do item 8.29 do edital. Mais uma vez, o recorrente busca burlar as regras editalícias para suprir a sua própria desídia. Como afirmado, a apresentação irregular ou a ausência de documento de habilitação sempre tem uma única consequência, a inabilitação. O art. 43, § 3º da lei nº 8.666/93, ao permitir a promoção de diligências, é categórico em afirmar que é vedada e inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente da proposta.

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

² Lamarão, Ronaldo Coelho. <http://reconsulting.com.br/inclusao-posterior-de-documentos-em-licitacao/>

O item 8.29 é bem claro ao dizer que somente é possível a retificação de erros meramente formais, ou seja, aqueles sem importância, os quais podem ser supridos naquela mesma hora, tais como a ausência de assinatura, um erro de conta etc.. Há uma diferença muito grande em se permitir a retificação de um documento e a inclusão de outro inexistente. No primeiro caso o documento existe, foi juntado pelo licitante, porém ele contém algum erro menor, que não prejudica o seu CONTEÚDO. No segundo caso, não existe qualquer documento e, por isto, não há o que se retificar.

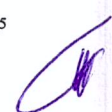
A jurisprudência do Tribunal de Contas da União há muito é unânime em permitir a retificação de erros formais, *in verbis*:

É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. Acórdão 2239/2018 Plenário, Representação, Relator Ministra Ana Arraes. (grifo nosso)

Propostas técnicas em desacordo com o projeto básico anexo ao edital deverão ser desclassificadas, exceto se contiverem erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, os quais poderão ser saneados pela própria comissão de licitação (art. 43, inciso IV e § 3º, e art. 48, inciso I, da Lei 8.666/93). Acórdão 300/2016 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo. (grifo nosso)

A lei (e o edital) permite a retificação quando há erro em documento apresentado, todavia é ilegal, por violação do art. 43, § 3º da lei de licitações, a juntada posterior de documento que já deveria ter sido apresentado pelo licitante no momento da habilitação ou proposta. Diante disto, não há qualquer condição legal da pretensão recursal prosperar.

O recorrente ao afirmar que a Comissão de Licitação não atentou a “várias questões protocolares” corrobora com o aqui afirmado. Exatamente por serem questões meramente “protocolares”, ou seja, sem qualquer importância para o certame, a Comissão de Licitação permitiu que fossem retificadas ou mesmo, dispensou tais exigências.



Por isto a exigência do item 7.3 de que as propostas contivessem folhas numeradas sequencialmente, foi desprezada pela Comissão. As folhas estarem ou não numeradas não altera o principal, que é o **conteúdo** do documento.

Da mesma forma, a declaração de inexistência de penalidades (item 8.1.1) que deveria ter sido entregue fora do envelope. Não há qualquer problema se ela estiver dentro do envelope, pois o importante é a existência do documento, pouco importando se fora ou dentro do envelope.

3. DO PEDIDO

Em razão de todo o exposto, não assiste razão ao recorrente, devendo seu recurso ter seu provimento negado, mantendo-se o recorrido como vencedor do prélio.

N. termos.
P. deferimento.

Rio de Janeiro, 22 de Agosto de 2019.

RONALDO COELHO LAMARÃO
OAB/RJ 139.019


FLAVIO REGO BORDALO CORREIA
Sócio Administrador